

PECULIARIDADES MORFOSSINTÁTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Antônio Martins de Araújo
(UFRJ e ABRAFIL)

Bastará uma simples mirada para as dimensões continentais do Brasil, para compreendermos melhor que, apesar das variedades dialetais do nosso idioma comum falado no hemisfério sul, ali e agora, um gaúcho entende perfeitamente o que diz um maranhense como eu, e um pernambucano entende perfeitamente o que diz um amazonense, apesar do Atlântico, que nos une a nós, brasileiros, a vós, portugueses, nossos irmãos.

Isso posto, à guisa de premissa, releva dizer que nossas variedades, como era de esperar-se, realizam-se tanto no nível fonológico, como no morfofossintático, bem assim no nível léxico-semântico. Assim sendo, procuraremos trazer à baila variadas interpretações dos falares brasileiros, ilustrando, sempre que possível, com pertinentes exemplos.

Impossível, outrossim, abordar nosso tema, sem apreciarmos os critérios a serem adotados para a identificação e o reconhecimento dos chamados brasileirismos. Celso Cunha propõe cinco critérios para o estabelecimento dessa especificidade diferencial, a saber: a exclusividade, a localização geográfica, a difusão social, a sinonímia e a origem antopogeográfica.⁷

Por exclusividade, entenda-se o facto de que muitos espécimens da fauna e da flora brasileira), e mais, antropônimos, topônimos, potamônimos, etc. de base tupi, ou de qualquer outra língua indígena, são específicos do Brasil, como os vegetais *manacá*, *gapéua* e *açaí*, aves de nossas florestas tropicais, como *jacutinga* e *urutu*; antropônimos, como *Ubirajara* e *Guaraci*, *Ubiratã* e *Jaciara*; potamônimos como *Itapecuru-mirim* e *Gurupi*, *Parnaíba* e *Iguaçu*. Na Baixada Noroeste maranhense, nossos caboclos preferem os empréstimos tupinambás aos termos vernáculos, substituindo *peneira* por *urupema*; *conjuntivite* por *sapiranga*; *coceira* por *curuba*; e, como se usava ao tempo de Hans Staden no Brasil, *fogão de pedras* por *tacuruba*.

O fator diatópico, que está na base da localização geográfica, reflete-se não só nos glossários regionais ou estaduais, como a obra *A linguagem popular do Maranhão*, de Domingos Vieira Filho, e o *Calepino Potiguar* (entenda-se: rio-grandense-do-norte), de Raimundo Nonato (RGN, 1980); bem assim nos vários atlas lingüísticos regionais, como o da Bahia, do pioneiro Nelson Rossi; os da Paraíba e de Sergipe, organizados por Maria do Socorro Aragão; o de Minas Gerais, por Mário Lobuglio Zágari; o dos Pescadores do Rio de Janeiro, por Cilene Cunha Pereira, Edila Viana et

7 CUNHA, Celso Ferreira da. *Que é um brasileirismo?* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.

alii; e entre outros, os fundadores estudos de Heinrich Bunse, sobre o falar gaúcho, dialecto que tem sido alvo de uma boa dezena de glossários pontuais.

O factor diastrático (ou purista) centra-se no estudo das normas cultas das capitais que, em torno de 1987, possuíam mais de um milhão de habitantes, deixando assim de fora a maior parte do país. Ora, o carácter eliminador desse critério, que elegia as capitais mais populosas de meu país, deixava de fora comunidades isoladas, e bem menos povoadas, cuja utilização conservadora do idioma era evidente, como a região da Mata, de Minas Gerais, e, entre outras localidades, a baixada noroeste maranhense, a que me referi há pouco.

O factor da sinonímia contemplava apenas os dicionários contrastivos luso-brasileiros, critério que, sobre sacrificar a parcela maior do léxico, deixava de fora os angolanismos, os maçambicanismos, os cabo-verdianismos, os açorianismos e o contributo madeirense, de vez que levavam consigo seus hábitos lingüísticos os migrantes portugueses que saíam dessas paragens para o Brasil, com sacrifício de uma visão mais completa do objecto estudado.

A partir desses quatro critérios, propunha o saudoso filólogo patricio o critério sintetizador da origem antropogeográfica para a caracterização vocabular de um termo como brasileirismo. Com isso, desejava o mestre mineiro dizer que, considerando-se que a linguagem através da qual costumamos comunicar-nos implica um emissor, que é o ser humano, em que ela se situa, conclui ele daí que brasileirismo será toda expressão oral, escrita ou somatolálica, de qualquer ponto de vista gramatical — o morfológico, o sintático, o ortográfico, o semasiológico e o estilístico — criada no Brasil pelos brasileiros, que falam o português como língua própria, ou pelos estrangeiros ali residentes que assimilaram o português do Brasil como veículo de intercomunicação.

Uma irretorquível postulação pragmática em favor da unidade linguística luso-brasileira é de outro querido mestre de meus cursos superiores na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o baiano Eduardo Portella. Diz ele:

“[...] a tendência à unidade [lingüística] é irreversível, já que o mundo se dirige para a formação de grandes línguas de cultura. Meios dinâmicos de comunicação, a escola moderna, o rádio, a televisão, o cinema, transformaram-se em irresistíveis elementos unificadores. De maneira que, possuindo uma mesma estrutura morfológica e tendo o desligamento essas contra-indicações históricas, a língua portuguesa do Brasil e de Portugal estão visceralmente identificadas.”⁸

Com muita propriedade, Dinah Callou e Yonne Leite, a despeito das muitas variedades diatópicas praticadas entre nós lá, insistem na unidade da língua portuguesa no Brasil. Dizem elas:

8 PORTELA, Eduardo. 'A questão do idioma nacional', in *Literatura e realidade nacional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971, 2. ed., p. 82.

“A oposição entre as variantes brasileira e européia da língua portuguesa já foi reconhecida, conquanto tenha suscitado polémicas, durante algum tempo, sobre a existência ou não de uma ‘língua brasileira’ e, por mais tempo ainda, sobre seu carácter uniforme e conservador.”⁹

E, peremptórias, concluem :

“É de se esperar [...] que, na extensão do território brasileiro haja uma unidade lingüística, a língua portuguesa, mas também diversidade, os falares brasileiros. O falante do norte do país não tem a menor dificuldade em entender o falante do sul, embora ocorram diferenças na fonética, na sintaxe e no léxico.”¹⁰

Como se poderia falar numa absoluta unidade da língua portuguesa praticada no Brasil, se até o sábio lingüista ‘avant la letre’ dos anos quinhentos — Fernão de Oliveira, já detinha a perfeita percepção das variedades lingüísticas diatópicas portuguesas quando, neste passo, se referia à oralidade de nosso idioma comum em seu século? Citemo-lo:

“[...] os home falão do que faze?, e por tanto os aldeãos não sabe? as falas da corte, e os çapateiros não são entendidos na arte de marear ne? os lavradores d’Antre Douro e Minho entendem as novas vozes que est’ano vierão de Tunez com suas gorras.”¹¹

E aqui nos demonstra ele seu conceito de norma culta padrão, a partir da qual surgem as variantes de quaisquer tipos:

“A primeira e principal virtude de uma língua é ser clara e a possaõ todos entender, e pera ser bem entendida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais leraõ e viraõ, e viveraõ continando mais antre primõres, sisudos e assentados e não amigos de muita mudança.”¹²

Para melhor entendermos os motivos da presença considerável de tupinismos e africanismos no português do Brasil, vejamos o que nos diz Rosa Virgínia Mattos e Silva, com base no ensaio de A.B.N. Mussa ‘O papel das línguas africanas na história do português do Brasil,’ editado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1991. Ei-lo:

“[...] a taxa de europeus e brancos brasileiros vai de 30% (séculos XVI à primeira metade do século XIX) a 41% (2.ª metade do século XIX), enquanto que os tradicionalmente chamados de ‘aloglotos’, ou seja, os outros e seus descendentes

9 CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002, p. 11.

10 Id., *ibid.*, p. 8.

11 COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. (1536), trad. de Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense / Presença, 1991, p. 46, nota 79, *in fine*.

12 Id., *ibid.*, p. 45, nota 73.

tes vão de 70% a 69% (até 1850) e só na 2.^a metade do séc. XIX diminuem para 59%. Isto quer dizer que em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, isto é, de língua familiar, na sua origem, não portuguesa (70% vs. 30%, do séc. XVI até meados do séc. XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%¹³.

E conclui ela com esta informação sobre a época em que o tupinambá dá lugar ao português como veículo eleito de comunicação e expressão:

“[...] A. Mussa fornece um perfil demográfico geral do Brasil, apontando para a constante não-branca em menor proporção na história brasileira, o que acarreta conseqüências significativas para melhor compreender a heterogeneidade discutida do português brasileiro, que só se tornou a língua geral do Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, superando por fim a disputa com a ‘língua geral da costa do Brasil’ de base tupinambá.”¹⁴

Antes de irmos ao ponto, precisamos primeiro lembrar o que vem a ser uma variação linguística e mostrar alguns problemas que lhe dizem respeito. A conceituação é de Fernando Tarallo:

“Variantes linguísticas são [...] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística.’ ”¹⁵

A título de simples exemplificação, valemo-nos da palavra *alpercata*, cujo lema apresenta cerca de dez variantes de acordo com o uso em cada região brasileira, como *alparca*, *percata*, *precata*, *perecata*, *pragata*, *paragata*, etc., etc., etc., todas ainda vivas nos usos orais do Brasil. O testemunho é do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, da autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, meu ilustre antecessor na Academia Brasileira de Filologia. Impõe-se lembrar que esse manual atingiu mais de dez edições brasileiras, com várias tiragens, e foi fonte obrigatória de consulta por muitos anos em meu país.

Falar em variante linguística provoca lembrar sua freqüente conseqüência: a mudança linguística. A esse propósito, são ainda muito actuais as colocações propostas e as conclusões apresentadas sobre mudança linguística por Brigitte Schlieben-Lange, da Universidade de Tübingen. Depois de refletir sobre as causas da mudança, e como se realiza esta, aprofunda sua posição sobre a finalidade daquele facto linguístico, medita sobre o problema da discreção versus o continuum linguístico e o da

13 In: ‘A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro. ABRALIN / Boletim da Associação Brasileira de Linguística, n.º 17, julho 1995. Universidade Federal da Bahia, p. 73-85.

14 Id., *ibid.*

15 Apud OLIVEIRA, Marco Antônio de. ‘Variável linguística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. In DELTA / Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, vol. 3, n.º 1, 1987, EDUC / Edit. da Pontifícia Universidade de São Paulo, p. 19-34.

passagem das micro-estruturas para as macro-estruturas; sobre as sete linhas de sua pesquisa afins a esse tema, a saber: língua falada, tradições discursivas, sociolinguística histórica, linguística cognitiva, linguística gerativa, gramaticalização e naturalidade.¹⁶

Mas variante é variante de quê? Essa é a indagação procedente que se propõe Sírio Possenti, a que tenta responder aprofundando três argumentos hauridos na *Análise do Discurso*, na linha francesa de Pecheux, para, machadianamente, concluir que esta questão de optar entre uma escolha e um desvio depende muito do contexto. Eis sua conclusão em aberto à pergunta que se põe:

“ [...] esta forma de encarar a relação entre forma e significação demanda a tomada em consideração dos dados linguísticos assim como eles se apresentam ao interlocutor. Afinal, é sobre ele que os efeitos se produzem, e não sobre o linguista enquanto tal. Além disso, exige encarar a linguagem um pouco como jogo, em que muitas vezes não se sabe se o parceiro está blefando ou tem realmente as melhores cartas. As interpretações correm o risco de ser equivocadas, mas parece que faz pouco sentido considerar variáveis as formas e considerar categóricos os sentidos. Neste sentido, é para dirigir a interpretação que vale a pergunta: por que apareceu exatamente esta forma (e não esta variante) e nenhuma outra em seu lugar?”¹⁷

E, já que estamos falando de variante linguística, dediquemos algumas linhas sobre a variante brasileira da língua portuguesa. Começemos por trazer os principais motivos das peculiaridades do português do Brasil. Com a palavra Anthony Julius Naro e Maria Marta Pereira Scherre:

“ [...] temos que levar em conta a dimensão tempo, ao longo da qual chegaram ao Brasil ondas de populações de diversas origens étnicas. Estes movimentos demográficos tiveram o efeito de reforçar certas forças arroladas acima e de inibir outras. Naturalmente o efeito não foi uniforme nas diversas comunidades linguísticas e nem mesmo nos indivíduos, mas em termos grosseiros costuma se distinguir três fases de predomínio étnico-demográfico: a fase inicial de predomínio ameríndio, a fase de predomínio africano e por último uma fase importante de reforço europeu e o começo da imigração asiática.”¹⁸

16 'Reflexões sobre a pesquisa em mudança linguística.' In *DELTA / Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 10, n.º especial, 1994, EDUC / Edit. da Pontifícia Universidade de São Paulo, p. 223-246.

17 Uma variante é variante de quê?. In: *ABRALIN / Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n.º 8, set. 1986. Universidade Federal da Bahia, p. 107-117.

18 NARO, Anthony Julius & Scherre, Maria Marta Pereira. 'Sobre as origens do português popular do Brasil'. In: *DELTA / Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, n.º especial, 1993, EDUC / Edit. da Pontifícia Universidade de São Paulo, p. 437-454.

Mas advertem os dois lingüistas:

“Entretanto, a última fase não chegou a esmagar a fase anterior africana com a mesma força que esta teve sobre a fase ameríndia. As primeiras duas fases eram pidginizantes e caracterizadas pelo aprendizado; a última é mais padronizante embora também marcada pelo aprendizado por populações européias e asiáticas oriundas de terras onde o português era desconhecido.”¹⁹

Desde as farsas de Gil Vicente ouvem-se as falas de negros e ciganos tão bem estudadas pelo saudoso lusófilo Paul Teyssier em sua modelar obra *La langue de Gil Vicente*, salvo erro recentemente editada pela Klincksiek, de Paris:

Eis aqui um interessante diálogo de negros minas recolhido por V. Mota e por ele editada na *Revista Fluminense*, de 11/01/1868:

– “Entonces, pai Zuaquim, vocemecê tem mêdo de recludamento?”

– Xi. Não fala nesse não! Minha corpo fica tremendo tudo!

– Medroso! Pois eu está querendo que seu moço urbano mi agarre.

– Fala fino! Escrito santo! Cala bôca, Zuizé!

– Está enganado! Quero vortá lá do su, feito generá, com um penacho bem grande na cabeça como sinhô camanu para vê tudo as crioulhinha de olhinho bem vivo pra mim.²⁰

As principais marcas fonéticas da fala dos negros oitocentistas no Brasil, ainda segundo Tânia Alkmim, são as aféreses do *r* (*sinhô*, por *senhor*) e do *l* (*quintá*, por *quintal*); o rotacismo (*vortá*, por *voltar*; *êre*, por *ele*); a oclusão das vogais pretônicas (*sinhô*, por *senhor*); e a das vogais átonas anteriores dos monossílabos (*mi*, *di*, *qui*); a aférese (*tá*, por *está*); e a paragoge (*veze*, por *vezes*; a síncope de fones, como em *Escrito Santo*, por *Espírito Santo*; a epêntese (*recludamento*, por *recrutamento*); o lambdacismo (*aguola*, por *agora*); a ditongação (*Zuizé*); a monotongação (*cosa*, por *coisa*; *uvi*, por *ouvi*); e a palatalização (*crioulhinha*).²¹

T. Alkmim considera como as mais importantes marcas gramaticais a discorância nominal (*minha corpo*) e a verbal (*eu tá querendo*); a omissão do artigo definido (*cala boca*); o uso de *tudo* por *todo* (*o, a, os, a*); a troca de pronome oblíquo por pronome reto (*com nós*, em vez de *conosco*); e enálages de tempos verbais, como:

– Não tem medo, meu sinhô!, em que *tem* está por *tenha*.

19 Id., *ibid.*

20 ‘Estereótipos linguísticos: negros em charges do séc. XIX.’ In: *Para a história do português brasileiro*. Vol III – Novos Estudos. São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP, s./d., p. 401.

21 Id., *ibid.*, p. 387-389.

Em outro ensaio²², baseada em obras fundamentais para seu estudo, como, entre outras, a *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1938), de Serafim Leite; a *História do Brasil* (1627) de frei Vicente do Salvador; *O domínio holandês no Brasil* (1938), de Watjen; a *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1823), de Rugendas; Alkmin cita ilustrativos exemplos de desvios lingüísticos praticados por negros e escravos no Brasil setecentista e oitocentista.

Assim justifica a autora, a quem vimos citando até aqui, essa interação do português com as línguas dos negros e escravos:

“Os negros viviam nas fazendas e plantações sem contato com as vilas e cidades próximas (1603); havia um contato muito estreito entre crianças brancas e amas de origem africana em São Paulo (1853); O contato e a interação entre holandeses e negros, em Pernambuco (durante a ocupação), se realizaram em português (1630-1654); as interações iniciais em língua portuguesa do escravo africano recém-chegado eram conduzidas por um escravo aculturado (batizado e usuário de português). (1833).”

Diante dessas dificuldades, a aquisição e o domínio da língua portuguesa, por parte de negros e escravos, segundo a lingüista de que nos vimos ocupando, processa-se de variados modos. A citação é um pouco longa, porém imprescindível para uma melhor compreensão da interação dos adstratos africanos com o português, principalmente oitocentista. Ei-la:

“Escravos recém-chegados à região do rio Paraíba sem domínio de português (1840); negros na Bahia não usam o português (1851); crianças brancas adquirem o português com amas de origem africana, em São Paulo (1853); em Pernambuco, a língua portuguesa foi utilizada para doutrinação religiosa pelos ocupantes holandeses, possivelmente porque os negros a falassem (ou talvez, porque os holandeses assim decidiram, por ser a língua do colonizador), (1630-1654); africanos adquiriam um domínio restrito de português em um período de cerca de três meses (1824) - escravo africano recém-chegado adquire o português com outro escravo (1833), [e, finalmente,] a variedade de português falada por africanos é identificável como “fala de estrangeiro.” (1817).²³

Eberhard Gärtner procurou explicar à luz da diacronia alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro, nomeadamente o de suas variedades incultas, algumas das quais em paralelo com o português de Angola e Moçambique.

22 ‘A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história do português do Brasil.’ In: *Para a história do português brasileiro*, vol. II: Primeiros Estudos, tomo II, org. de Rosa Virgínia Mattos e Silva. São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP / PAPER, 2001. p. 325-326.

23 Id., *ibid.*

Ao fazê-lo, admite o lingüista alemão a pressão exercida pelas variedades referidas no parágrafo anterior na língua falada culta. Com isso, rejeita a hipótese, por muito tempo admitida pacificamente, de que isso se constituía o resultado de uma mudança intra-sistêmica num subsistema da mesma, considerando-a diversamente, como uma “extensão das variedades incultas para o registro informal da linguagem culta, que poderá levar à sua consolidação final na norma culta codificada.”²⁴

Entre as principais variantes do PB, Gärtner cita a ausência de concordância de gênero no dialeto caipira de Piracicaba (a mãe meu, três pessoaø e a de número) essas água, pras criançaø; a ausência do artigo: ø Baranco dize – ø preto fruta (Lundu, apud Carneiro, 1967: 2900); troca da preposição *a* por *em*: O carro está na porta, por O carro está à porta? (Júlia Lopes de Almeida, apud Nascentes, 1953:174); a omissão do artigo definido: “Pegaram minha cama e ø levaram lá.” (A.R. 1974: 201); pronome sujeito em função de objeto: “Aí trouxeram eu carregada.” (A.R. 1974: 200); e, vice-versa, pronome oblíquo em lugar do reto: “Uma vizinha ensinou pra mim tomar ovo” (A.R. 1974: 199).

Como acabamos de verificar, algumas dessas observações de Gärtner já foram relatadas na distribuição de Tânia Maria Alkmin, e cremos já se faz hora de comentarmos algumas das mais persistentes peculiaridades do português que ora praticamos no Brasil ao nível da oralidade. Tentaremos fazer com exemplificação e método:

a) A escolha entre o possessivo *seu* (e flexões) e o sintagma nominal *dele* (*-a*, *-es*, *-as*). Exemplo com o possessivo *sua*: “**você** no teatro é tudo (...), **você** vai interpretar os maiores gêneros de vida; **você** vai conseguir enfocar para sua própria vida...” (NURC / SP). Exemplo com o sintagma preposicional: “(...) foi a primeira peça que o **Ziembinski** apresentou em toda a vida dele na carreira **dele**.” (NURC / SP).²⁵

Observe-se que a acumulação dos dois (possessivo e sintagma preposicional) é praticada pela gente culta brasileira. Principalmente quando se deseja evitar ambiguidade e obter maior eficácia na comunicação.

b) Com base em pesquisas recentes, uma professora da Universidade Estadual de Londrina, no estado do Paraná, procura demonstrar em seu ensaio que o objeto nulo no PB é mais comum quando se trata de ser inanimado. Vejamos dois exemplos. O primeiro para mostrar que a prática é antiga; o segundo a permanência dessa prática. Eis o primeiro:

“– Pois como há aqui outro, fora Dom Fuas?

24 'Tentativa de explicação diacrônica de alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro.' In: *Para a história do português brasileiro*. Org. de Tânia Maria Alkmin. Vol. II. *Novos Estudos*. São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP / FLP / USP, 25 anos. p. 321'322.

25 NEGRÃO, Esmeralda Vailati & MÜLLER, Ana Lúcia. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de forma? In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol. 12, n. 1, 1996, respectivamente p. 140 e 141.

– *Eu não sei ø , em minha consciência, que é má.*”

(SILVA, Antônio José da. *Guerras do Alecrim e da Manjerona* (sic), p. 220, século XVIII).

Eis o segundo:

“– *Que Maria guarde seu anel na gaveta não me surpreende, mas que Joana guarde ø no açucareiro, realmente me espanta.*”²⁶

c) A obliteração da concordância nominal e da verbal.

Com base na teoria da variação lingüística laboviana, Naro & Scherre realizaram levantamentos computacionais na década passada nos laboratórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre concordância no português popular do Brasil, e demonstraram que, ao lado do paralelismo formal canônico, ouvem-se casos em que nem a concordância nominal nem a verbal se beneficiam da norma padrão. Eis exemplos, dizem eles, da forma de plural zero no último elemento não inserido em um sintagma preposicional (sprep):

“ [...] as professoraØ , né? Eram muito rigorosaØ [...]”

“ [...] as criançaØ aqui em casa, por exemplo, tão muito [...]”

“ [...] tem umas pessoaØ que gostaØ de [...]”²⁷

Observe-se que os autores do ensaio, embora se proponham demonstrar a falta de concordância nominal, fornecem-nos também na terceira frase um exemplo da falta da concordância verbal.

Já que estamos tratando da omissão de morfemas, com base em pesquisa de Rocha, tratemos agora de mostrar casos de anáfora de nomes, pronomes, verbos e adjuntos adverbiais no PB. O diálogo passa-se em um hospital:

A: [...] a senhora sabe se tem algum exame de sangue da senhora? [...]

B: [...] ‘tava ... foi a foi a a doutora pediu, né? [...] e ele, como é que ele ‘tá de saúde, Joana? Quais são as queixas dele?

A: [...] pediu?

B: [...] olha, saúde ele não ... não ‘tá bem, né? Ele é aposentado, mas continua trabalhando, entendeu?”²⁸

26 CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. ‘O objeto nulo do português brasileiro.’ In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol. 12, n. 2, 1996, p. 228 e 235 respectivamente.

27 SHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony Julius. ‘Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português do Brasil.’ In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol. 9, n. 1, 1993, p. 5.

28 ROCHA, Marco. ‘Relações anafóricas no português falado: uma abordagem baseada em corpus.’ In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol. 16, n.º 2, 2000.

Outro fato interessante que está ocorrendo no PB é o uso conjunccional do advérbio *então*. Informa a lingüista Pezzatti haver:

“várias evidências que apontam para a caracterização conjunccional de *então* [e] uma delas é o fato de poder ser substituída por *logo* em 93% das ocorrências, o que não é possível nos casos em que ainda veicula o valor temporal, como se observa abaixo” (são suas essas palavras e o exemplo que se lhe segue):

“houve uma série de irre/éh:: de irregularidades... nas lis/ na apresentação da lista de classificação irregularidade foi engano... no no no fazer ... na confecção da lista... de de aprovados hou/ houv/ começaram a haver alguns enganos... **então** o pessoal que mand/ entrava com mandado de segurança... dizendo que foi contado pontos errados [...]”²⁹

Paiva (1995: 26) com o duplo objetivo de, segundo ela,

“evidenciar a multifuncionalidade desse elemento que pode introduzir segmentos de discurso de valores semânticos distintos e transitar por níveis lingüísticos diferentes” [bem assim] “fazer sobressair a inadequação de uma análise lógico-semântica, mostrando que ela não prevê muitos dos empregos de **porque**,” (fim de citação)

tenta validar a função justificadora retroativa, mas também postula a necessidade de se abarcarem diferentes empregos desse conector, como o da função projetiva. Eis aqui seu exemplo, um pouco mais longo, mas muito ilustrativo, da função retroativa de *porque*:

“F – Eu acho que eu ainda num tive uma oportunidade boa assim, pra desfilar no Salgueiro. Mas, num é dizer que num tenho oportunidade, num sei. Faltou assim muita companhia, né? **Porque**, para mim, em primeiro lugar, você tem que se enturmar com a turma. **Porque** num adiante eu querer sair no Salgueiro. Falo, bom: vou lá no morro do Salgueiro hoje, vou na quadra deles e vou ver uma ala lá pra mim sair. E num tenho um relacionamento com pessoal da ala. **Porque** eu acho que o relacionamento é a principal coisa assim num grupo, né? **Porque** eles chamam de ala um grupo de pessoas. E eu acho que tem que haver um grupo assim muito jóia para a gente poder brincar.”³⁰

Esse exemplo, outrossim, é também uma verdadeira mini-antologia do PB saída da boca de uma mulata inculta e presumida. Ao lado do verbo *haver*, quase no final, usado canonicamente, há o uso gíriático de *jóia*, com o sentido de solidário; a

29 PEZZATTI, Erotilde Goreti. ‘O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção?’ In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol.17, n.º 1, 2001, p.89.

30 PAIVA, Maria da Conceição de. ‘Empregos do *porque* no discurso oral.’ In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol.11, n.º 1, 1955, p.31.

monotongação e simultânea oclusão do advérbio não; o cacoete assim, semanticamente vazio, e o coloquial né, em lugar do sintagma interrogativo não é; o pronome indefinido a gente estilisticamente usado com intenção de nivelamento com os esperados anfitriões; o verbo de movimento ir regendo a preposição em, denotadora de estática; o pleonismo desnecessário enturmar com a turma.

Agora, seu exemplo da função projetiva do *porque*, vale dizer, aquela em que, partindo de fatos acabados, desdobra-se no discurso subsequente:

“F – E esse negócio de dizer: ‘Ah! Os médicos estão ricos.’ São muito poucos, muito poucos, sabe? É porque. É um tipo de medicina que é (“fica”) feito butique, sabe? Aquela medicina cara, sofisticada.

E – Plástica.

F – Plástica e certos tipos de médicos de medalhão, você está entendendo? E uma. Mas também eu acho que é uma raça em extinção, porque eu tenho a impressão que hoje você não tem mais campo muito para esse gênero de coisa, sabe? Eu acho que é uma raça que está um pouco em extinção. Porque eu acho que hoje a dificuldade para exercer uma profissão de médico é tão grande que eu acho que vai tão, vai ser pouca gente querendo se formar para ser médico. Porque é muito mais fácil você, hoje, abrir uma loja de comércio, está entendendo? Antigamente você via famílias, né? Era um grande orgulho você ter um filho médico, ter um médico na família, né? Era uma coisa assim não só bonita, mas era uma coisa assim de uma, sabe? Era uma coisa muito importante(...)”³¹

Nesse texto, além do já examinado cacoete *né*, o entrevistado, subestimando a capacidade intelectual do interlocutor, usa e abusa de *está entendendo?*, como a necessidade de auto-afirmação no abuso da redundância do uso do pronome pessoal de primeira pessoa junto com o verbo empregado com essa flexão.

Isso posto, falemos um pouco dos verbos impessoais *ter* e *haver* com significado existencial. O sábio filólogo lusitano Júlio Moreira, há algumas dezenas de anos, nos brindou com primoroso ensaio sobre esse tema nos usos do português europeu.

Aqui e agora, daremos a palavra aos professores Franchi, Negrão e Viotti. Num ensaio de 1998, começam por mostrar-nos que no PB, a própria norma culta (como se vê nos resultados do projeto NURC), num universo de 661 ocorrências, contrapõe-se 50,98% de uso do verbo *ter* existencial contra apenas 25,87% do próprio verbo *existir*, e, menos ainda, 23,14% de *haver* existencial. Por amor da brevidade, optaremos por reproduzir do estudo aqui citado apenas o uso do verbo *ter* com sentido existencial, em lugar de *haver*. Exemplo:

31 Id., *ibid.*, p. 36-37.

“Tinha uma gatinha em casa que eu acordei um dia ela tinha tido três gatos ou quatro, num sei quantos, e tinha um atravessado, como chama? – *atravessado*: ele veio de de nádegas, não sei como é... –É, de perna, de dorso. –Ela estava lá deitada, não estava gemendo, não estava fazendo nada. Porque ela podia estar miando, não é? como uma cachorra podia. – Dá ... às vezes dão um miadinho, um miadinho longe, mas dão, uá, uá... Puxei pela perna... etc.”³²

Passando ao tópico da flutuação entre *nós* e *a gente* no PB, de início, queremos chamar à atenção para o fato de serem concordes os lingüistas que trataram desse assunto em afirmar os mais jovens preferirem *a gente* a *nós*, ao passo que os idosos preferem *nós* a *a gente*.

É tão arraigada no PB a melhor escolha, na hora certa, de um e de outro, que, em nosso ponto de vista, salto melhor juízo, o uso do pronome indefinido *a gente* em lugar de *nós* é um modo estilisticamente discreto de a pessoa tentar eximir-se de alguma culpa, quando isso lhe convém; ou, ao contrário, assumir o fato consumado, se isso lhe trazer algum proveito. A título de ilustração, apreciemos este diálogo citado por Lopes:

LOCUTOR: Está assaltando, né? Em frente à minha casa assaltaram as pequenas...

DOCUMENTADOR: ... Nessa área de assalto, por exemplo, como é que você chama o ato, o ato de tirar alguma coisa que não é da pessoa que está tomando?

LOCUTOR: Hoje mesmo *nós* falamos disso. Eu chamo de roubo.

DOCUMENTADOR: Hum. Você chama de roubo sempre?

LOCUTOR: Roubo sempre. A minha colega estava perguntando... e ela não saberia usar se era roubo ou furto. Eu não, eu também não, não sei direito como *a gente* usa, mas eu nunca uso furto. Eu sempre uso roubo.”³³

Diversos foram os tipos de abordagem dos estudos aqui trazidos à colação. Alguns, na linha da sociolingüística laboviana, outros na linha dos estruturalistas franceses, outras ainda, simples descrições empíricas do fato lingüístico. Um fato, porém, é incontestável: quase todos foram extraídos da prestigiosa revista DELTA, um *forum* de debates muito freqüentado e apreciado durante a segunda metade do século passado em todo o Brasil. A pequena distância temporal de sua publicação em relação aos nossos dias não invalida a descrição dos fatos ali abordados. É com muita honra e

32 FRANCHI, Carlos- NEGRÃO, Esmeralda Vailati & VIOTTI, Evani. 'Sobre a gramática das orações impessoais com *ter* / *haver*. In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. Homenagem a Ataliba de Castilho. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol.14, número especial, 1998, p.113.

33 'Nós e a gente no português falado culto do Brasil.' In: DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. EDUC / Edit. da PUC / SP. Vol.14, n.º 2, 1998, p. 408-409.

prazer, portanto, que trago ao exame de tão importante centro universitário as conclusões a que chegaram esses pesquisadores, e as minhas próprias posições, na tentativa de descrevermos adequada e cientificamente as peculiaridades mais notáveis do idioma que falamos em nosso país.